## **COMISSÃO DE SAÚDE**

## PROJETO DE LEI Nº 3.340, DE 2024

Altera a Lei 9.656 de 3 de Junho de 1998 para dispor sobre a obrigatoriedade de disponibilização de alternativa física para identificação dos usuários de planos de saúde.

Autor: Deputado ALLAN GARCÊS

Relatora: Deputada DETINHA

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.340, de 2024, do Deputado Allan Garcês, propõe a alteração da Lei nº 9.656, de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, com o objetivo de assegurar ao consumidor o direito à disponibilização de uma carteira física como forma alternativa de identificação no uso dos serviços contratados.

Na justificação, o autor destaca que a disponibilização de carteira física como alternativa de identificação para planos de saúde é crucial para promover a inclusão das populações mais carentes, e que a carteira física ajudará a assegurar que todos os beneficiários, independentemente das suas condições tecnológicas, possam ser devidamente identificados e atendidos.

Este PL, que tramita em regime ordinário, foi distribuído, em caráter conclusivo, às Comissões de Saúde e Defesa do Consumidor, para análise do mérito, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame da sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.





Na Comissão de Saúde, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão de Saúde a apreciação do Projeto de Lei nº 3.340, de 2024, do Deputado Allan Garcês, quanto ao mérito, no que tange a questões referentes ao seu campo temático e às suas áreas de atividade, nos termos regimentais. Informamos que o enfoque desta Comissão é a contribuição deste PL para a defesa da Saúde neste País. Já os assuntos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa da matéria serão examinados pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Projeto que estamos apreciando propõe uma alteração pontual, porém relevante, na Lei nº 9.656, de 1998, que regulamenta os planos e seguros privados de assistência à saúde. A proposta determina a obrigatoriedade de que, no momento da adesão ao plano, o consumidor receba, além do contrato e material explicativo, uma carteira física de identificação, que possa ser utilizada como alternativa ao meio digital sempre que houver falha ou indisponibilidade nas plataformas tecnológicas das operadoras.

A justificativa é clara: ainda que a digitalização dos serviços seja uma tendência crescente, ela não pode excluir usuários com limitações de acesso à internet, dispositivos eletrônicos ou familiaridade com tecnologias digitais. Essa realidade é especialmente sensível em nosso País, que é marcado por desigualdades socioeconômicas e digitais.

A exigência de identificação exclusivamente digital, que já praticada por algumas operadoras, tem potencial de gerar barreiras reais de acesso ao atendimento, o que contraria o disposto no Código de Defesa do Consumidor, que garante a efetiva fruição dos serviços contratados,





notadamente em setores sensíveis como o da saúde. O fornecimento da carteira física não impõe ônus desproporcional às empresas, já que se trata de um instrumento simples, de baixo custo, e cuja emissão é prática comum há décadas no setor. A inovação trazida pelo Projeto, portanto, é a sua obrigatoriedade legal, o que garante que todos os beneficiários possam ser atendidos com dignidade e segurança, mesmo diante de falhas tecnológicas.

A aprovação deste Projeto de Lei tem o potencial de garantir que nenhum cidadão seja impedido de acessar serviços de saúde contratados por falhas tecnológicas ou barreiras digitais. Essa medida evita atrasos no início de tratamentos, exames ou internações, o que repercute diretamente na eficiência do cuidado e na redução de agravos à saúde. Além disso, ao eliminar barreiras administrativas desnecessárias, o Projeto colabora para a diminuição da sobrecarga no sistema público de saúde, que muitas vezes acaba sendo acionado quando há falhas no atendimento pela rede privada.

Trata-se, portanto, de um instrumento que promove inclusão e continuidade assistencial. É por isso que o nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.340, de 2024.

Sala das Sessões, em de de 2025.

DETINHA
DEPUTADA FEDERAL
PL/MA



